

Dívida interna custará US\$ 21 bi em 92

Helival Rios

Sangria desatada. É assim a dívida interna pública brasileira, que vai custar este ano aos cofres do Estado, somente em serviço, ou seja, no pagamento de juros, nada menos que US\$ 21,1 bilhões, cerca de 5% do PIB (Produto Interno Bruto), segundo estimativas oficiais do Banco Central do Brasil. Isto é mais do que todo o dinheiro que o ministro Marcílio Marques Moreira, da Economia, espera ver entrar este ano no País, como fluxo de capitais atraídos pelas elevadas taxas de juros, expressivos US\$ 20 bilhões.

O pesadelo do Brasil deixa, assim, de ser a dívida externa e passa a ser a dívida interna. A prova disso está nos números: com o acordo feito com os bancos, o serviço da dívida externa brasileira com os bancos privados será no máximo de US\$ 2 bilhões anuais, ou seja, menos de 10% do custo anual da dívida interna.

Economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do próprio Ministério da Economia, vêem o crescimento dessa dívida interna a mé-

dio prazo, assim como o impacto dos seus custos, com muito receio.

No Banco Central, contudo, a situação é vista com certa tranquilidade, sustentada em dois pressupostos básicos: o primeiro, de que ocorra no País um vigoroso ajuste fiscal, considerando-se que, ainda que não muito bem da forma como quer o governo, este ajuste vem ocorrendo, cabendo, entretanto, a sua etapa decisiva ao Congresso Nacional. O segundo, uma queda acentuada e persistente nos níveis de inflação.

A realidade da conjuntura, contudo, tem mostrado que não há uma queda acentuada da inflação, ou porque não tem ocorrido o primeiro pressuposto, de um ajuste fiscal vigoroso, ou porque há uma resistência nos meios empresariais que, ao que tudo indica, não sabem mais operar num cenário sem inflação.

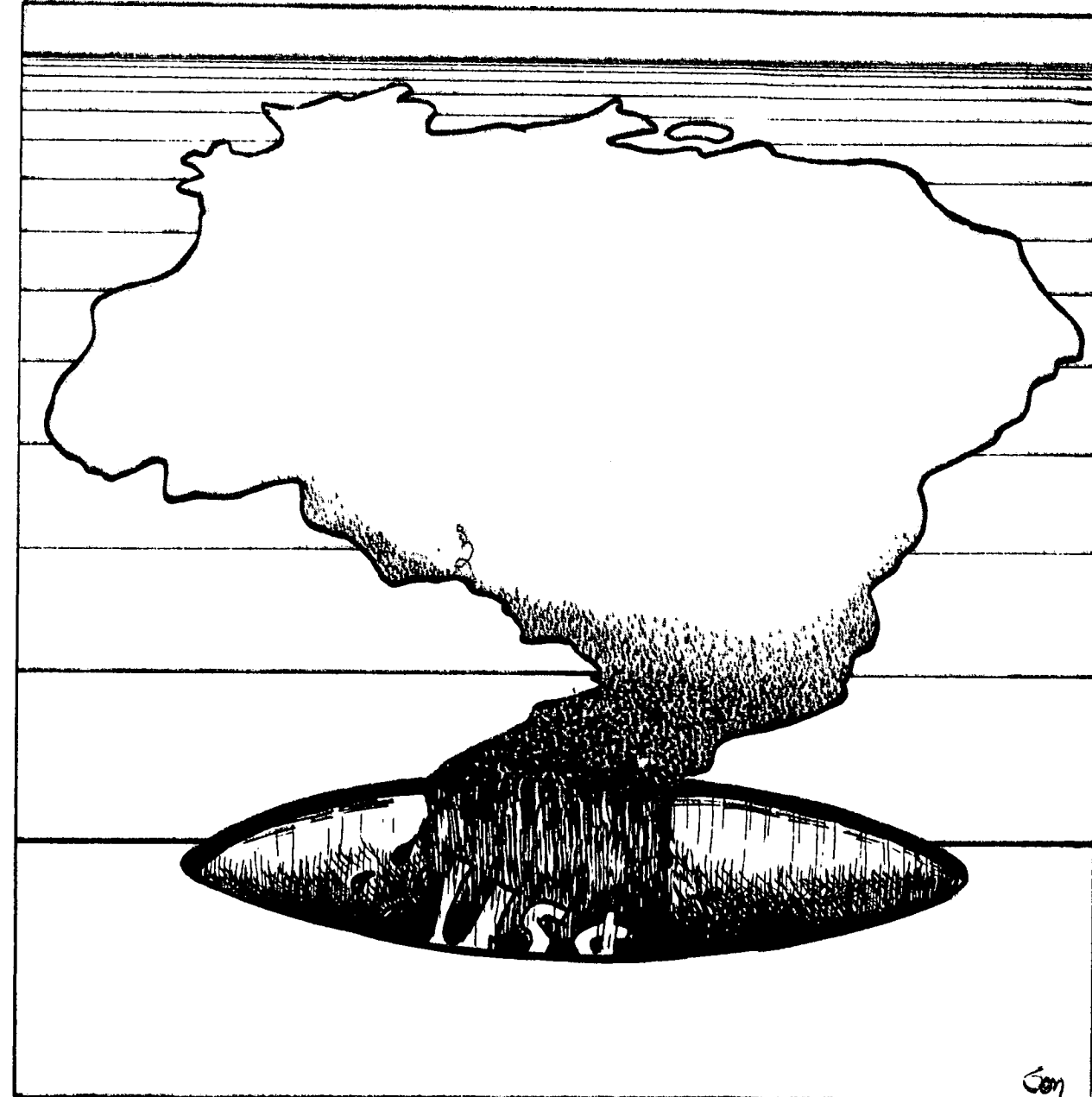
Os dois pressupostos básicos assinalados pelo Banco Central, portanto, ocorrem de forma incipiente e independem do governo para uma manifestação mais firme. No caso do ajuste fiscal, nada ocorrerá sem uma definição, também decisiva, do Congresso Nacional. No caso da queda da inflação, as coisas de-

pendem mais do comportamento do empresário que do governo.

O que o Banco Central assegura é que o crescimento de 33,8% da dívida pública interna, em apenas quatro meses (dezembro 1991 a março de 1992) e da dívida mobiliária no mesmo período, de 162,2%, não preocupam porque devem-se a uma simples troca de débitos, mudança de uma rubrica para outra entre os itens da dívida pública total, que praticamente se manteve inalterada.

O inegável, entretanto, é que essa migração de débitos tem tido um custo crescente e, sob certo ponto de vista, explosivo. Outro fato inegável, ainda, é a evidência de que, se não houver uma reforma fiscal vigorosa, mesmo sem ocorrerem novas trocas de débitos, a dívida pública interna continuará a expandir-se rapidamente, elevando seus custos a níveis insuportáveis.

Independentemente de migrações de uma conta para outra, a dívida pública interna pode adquirir uma dinâmica própria de crescimento, caso não se extingam na origem os desequilíbrios do setor público.



Dívidas Interna e Externa Saldos Cr\$ trilhões de 31.03.92/2

Discriminação	Set/91	Dez/91	Jan/92	Fev/92	Mar/92	Taxa mensal média de varia- ção (%)	Mar/Set. Real (%)
Dívida total	167,28	166,37	167,47	166,86	166,84	0,14	0,81
Dívida interna	53,35	52,99	60,34	63,47	71,43	4,98	33,88
Mobiliária	17,77	22,82	32,38	37,39	46,59	17,43	162,2
NCz\$	28,67	19,33	16,89	14,82	12,87	-11,38	-61,6
REF	0,99	2,81	1,88	2,25	2,57	17,23	159,6
Outras	8,02	8,33	9,19	9,07	9,40	2,88	17,2
Dívida externa (líquida)	113,93	112,38	107,13	102,38	97,21	-2,61	-14,7

1 — Preliminar

2 — Utilizando IGP (DI) centrado ao final de cada mês, o que equivale à média geométrica das variações do próprio mês e do mês seguinte.